

Globethics Repository

The logo for Globethics, featuring the word "Globethics" in white, sans-serif font centered within a solid blue rectangular background.

Brasil tem condições de instituir programa de Renda Básica de cidadania [Brazil is able to establish a Basic Citizenship Income Program]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Fachin, Patricia
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-07-08 17:06:41
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/160020

Brasil tem condições de instituir programa de Renda Básica de cidadania

A instituição de um programa de Renda Básica de cidadania nos países pode ser um eficiente instrumento na luta pela redução das desigualdades sociais, aponta o sociólogo Josué Pereira da Silva. Para ele, os limites para a adesão do programa no Brasil são políticos e ideológicos

POR PATRICIA FACHIN

A Renda Básica de cidadania é um valor distribuído pelo poder público de forma igualitária a qualquer cidadão de um determinado país, independente da classe social. O objetivo do programa é possibilitar a todos os cidadãos o direito de usufruir as riquezas produzidas em uma determinada região.

Para o sociólogo Josué Pereira da Silva, a Renda Básica de Cidadania surgiu com uma finalidade fundamental: “garantir à população uma igualdade básica” para que ela consiga responder ao problema da desigualdade social, principalmente quando este é gerado em função do desemprego em massa.

Na entrevista que segue, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, o professor da Unicamp menciona que a Renda Básica também pode contribuir “para a construção e o aprofundamento da cidadania, principalmente por possibilitar as necessárias condições econômicas que facilitaria o exercício e usufruto dos outros direitos de cidadania, sobretudo pelas parcelas menos favorecidas da população”.

O sociólogo e professor da Unicamp estará no IHU na segunda-feira, 4-05-2011, participando do primeiro encontro do Ciclo de Palestras Renda Básica de Cidadania. No evento, ele falará como o programa pode contribuir para a emancipação e autonomia cidadã.

Josué Pereira da Silva é graduado em Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo - USP, mestre em História pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, e doutor em Sociologia pela New School For Social Research, nos EUA. De sua produção bibliográfica, destacamos *André Gorz. Trabalho e política* (São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002); *André Gorz e seus críticos* (São Paulo: Annablume, 2006); e *Por uma sociologia do século XX* (São Paulo: Annablume, 2007). Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como é possível pensar a construção da cidadania através de um programa de Renda Básica?

Josué Pereira da Silva - Tanto em sua acepção formal, como o pertencimento a uma determinada comunidade política, quanto em seu sentido mais substantivo, como um conjunto de direitos, a noção de cidadania é mais abrangente que a de Renda Básica. Por isso, uma resposta positiva pura e simples a esta pergunta seria equivocada porque, de fato, não é possível construir a cidadania somente através de uma Renda Básica. Mas, por outro lado, a Renda Básica tem muito a contribuir

para a construção e o aprofundamento da cidadania, principalmente por possibilitar as necessárias condições econômicas que facilitariam o exercício e o usufruto dos outros direitos de cidadania, sobretudo pelas parcelas menos favorecidas da população.

IHU On-Line - Em que medida o programa de Renda Básica pode amenizar as desigualdades sociais?

Josué Pereira da Silva - Um dos principais objetivos da Renda Básica, que, aliás, parece ser consensual entre seus principais proponentes, é garantir à população uma igualdade básica. Assim,

ela pode responder ao problema da desigualdade social, seja quando a desigualdade resulta de uma situação de desemprego em massa, como ocorreu com alguns países europeus a partir da década de 1980, seja em situação de extrema pobreza material como ocorre em países como o Brasil. Em ambas as situações, ao garantir condições econômicas básicas independentes de participação no mercado de trabalho, a Renda Básica pode ser considerada um eficiente instrumento na luta pela redução das desigualdades sociais.

IHU On-Line - Pode o programa Ren-

da Básica de Cidadania se tornar um instrumento para garantir a seguridade social?

Josué Pereira da Silva - O sistema de seguridade social envolve outras dimensões que vão muito além da Renda Básica. Por isso, entendo esta última como um direito econômico básico, incondicional; como uma forma de todo cidadão ou toda cidadã participar da riqueza socialmente produzida. Mas de forma alguma a Renda Básica deve ser pensada como substituto da seguridade social ou de qualquer outro direito de cidadania, a exemplo dos direitos sociais relacionados com educação e saúde, que devem ser públicos e de boa qualidade.

IHU On-Line - A instituição da Renda Básica produziria alguma alteração nas questões trabalhistas e na relação dos trabalhadores com o trabalho?

Josué Pereira da Silva - A despeito do temor daqueles que são contra a Renda Básica, incluindo aí tanto representantes patronais quanto de sindicatos de trabalhadores, creio que a instituição da Renda Básica pode ter algum efeito positivo seja para as questões trabalhistas, seja para a relação dos trabalhadores com o trabalho. No primeiro caso, ao garantir um recurso econômico básico para o trabalhador, a Renda Básica lhe daria mais poder para negociar condições de trabalho e salário, tornando-o mais exigente; sem a pressão da fome, não precisaria aceitar sem discussão as condições impostas pelo empregador. Mas há também quem acredite que o efeito da Renda Básica seria o oposto porque, ao dispor de uma renda, o trabalhador poderia aceitar empregos mal remunerados somente para completar a renda recebida do Estado. Ainda que um ou outro caso desse tipo viesse a acontecer, não dá para negar que a Renda Básica permitiria ao trabalhador mais liberdade de escolha, mais autonomia para tomar decisões. É essa autonomia que parece assustar os conservadores, sejam eles patronais ou sindicalistas. O mesmo raciocínio vale para a relação do trabalhador com o trabalho. Mesmo considerando como trabalho apenas o emprego assalariado, não

“A instituição da Renda Básica pode ter algum efeito positivo seja para as questões trabalhistas, seja para a relação dos trabalhadores com o trabalho”

dá para concluir que a Renda Básica contribui para reduzir o interesse das pessoas pelo trabalho. Mas, por outro lado, ela pode certamente contribuir muito para incentivar outras atividades socialmente úteis que têm pouco ou nenhum valor de mercado.

A Renda Básica contribui para reduzir a dependência do trabalhador em relação ao mercado de trabalho; com isto, ela afeta também o estatuto de mercadoria da força de trabalho, desmercadorizando-a pelo menos parcialmente.

IHU On-Line - Como o senhor avalia outros programas de distribuição de renda mínima que levam em conta, por exemplo, a ascensão social por meio do trabalho?

Josué Pereira da Silva - Além da Renda Básica, há dois outros tipos de programa que fazem transferência direta de renda para a população: o *stakeholder* ou capital básico e os demais programas que, *grosso modo*, configuram-se pelas seguintes principais características: ter como alvo setores específicos da população, que são atendidos durante um tempo determinado, além de exigir dela alguma contrapartida ou condicionalidade. O sucesso ou não do capital básico depende muito do uso que dele fizer a pessoa que, em certo momento da vida - por exemplo, no início da idade adulta -, receber uma dotação de recursos. Assim como pode ser o ponto de partida para novas fortunas, a dotação também pode ser consumida em pouco tempo, deixando o recebedor na mesma situação em que se encontrava antes. Por isso, pode até mesmo se tornar um indutor

de novas desigualdades. Nesse quesito pelo menos a Renda Básica, por ser perene, parece mais vantajosa. Os outros programas, por suas condicionalidades e demais restrições, têm em geral alcance limitado, servindo quando muito para minorar situações de penúria, mas não para alavancar ascensão social; a menos que eles sejam encarados como formas transitórias para se chegar a programas universais e incondicionais como a Renda Básica. De toda forma, se eles favorecerem a ascensão social dos que estão na base da pirâmide social, permitindo-lhes melhorar as condições de vida, devem ser apoiados.

IHU On-Line - Por que o trabalho não deve ser a única forma de garantir a emancipação social dos indivíduos? Quais suas críticas e ponderações em relação a isso?

Josué Pereira da Silva - Emancipação social significa libertar-se de formas sociais de opressão, dominação ou exploração; e isto vale tanto para determinada pessoa individualmente quanto para toda uma sociedade. Alguns exemplos podem ilustrar as asserções acima. O trabalho assalariado contribuiu para emancipar o servo dos laços feudais; o mesmo trabalho foi também um meio pelo qual mulheres conseguiram se emancipar da dominação masculina e patriarcal. Nos dois casos mencionados, o mercado (de trabalho) foi o caminho para a emancipação - da mulher e do servo - de uma situação de opressão ou dominação. Mas emancipar o trabalhador da condição de assalariado foi o principal objetivo das teorias socialistas desde o século XIX por acreditarem que o assalariamento era uma forma de opressão e exploração do trabalhador pelo capitalista. Embora aqueles mesmos socialistas considerassem que o trabalho, num sentido amplo, tinha um sentido de autorrealização para os seres humanos, emancipar o trabalhador significava abolir o trabalho assalariado, pois este limitava ou mesmo impedia a possibilidade de autorrealização. Hoje em dia, porém, sobretudo no debate sobre transferência de renda, falar em emancipação pelo trabalho significa conseguir ingressar ou reingressar no

“De forma alguma a Renda Básica deve ser pensada como substituto da seguridade social ou de qualquer outro direito de cidadania, a exemplo dos direitos sociais relacionados com educação e saúde”

mercado de trabalho por meio de um emprego assalariado.

IHU On-Line - O Brasil tem condições de adotar um programa de Renda Básica hoje? Quais os limites e desafios nesse sentido?

Josué Pereira da Silva - Creio que sim, desde que se encontre um patamar adequado para se iniciar a adoção de tal programa, mesmo porque, como pensam alguns, o programa Bolsa Família pode até ser um ponto de partida para se implantar, aqui no Brasil, um programa de Renda Básica. Os limites são, a meu ver, basicamente políticos e ideológicos e os principais desafios consistem em remover, pelo convencimento, as resistências nesses dois campos. Isso poderia ajudar a criar as condições para fazer emergir a necessária vontade política de que o país precisa para adotar um programa desse tipo.

LEIA MAIS...

- Confira outras entrevistas concedidas por Josué Pereira da Silva à IHU On-Line.
- Renda básica fortalece a autonomia. Entrevista publicada na edição 333 da Revista IHU On-Line, de 14-06-2010, disponível em <http://bit.ly/jihUWE>
 - Uma nova luz sobre o pensamento da esquerda. Entrevista publicada na edição 238 Revista IHU On-Line, de 01-10-2007, disponível em <http://bit.ly/jvevm3>
- >> Confira a edição 333 da Revista IHU On-Line, de 14-06-2010, intitulada Renda Básica de Cidadania, universal e incondicional. Um direito, disponível em <http://bit.ly/lcxLbj>

CONFIRA OUTRAS EDIÇÕES DA IHU ON-LINE



ELAS ESTÃO DISPONÍVEIS NA PÁGINA ELETRÔNICA WWW.IHU.UNISINOS.BR